

Resenha: O ecossocialismo de Karl Marx

Review: Karl Marx's ecosocialism

SAITO, K. O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

Guilherme Cocato

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

guilhermecocato@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4462-8177>

RESENHA

É comum nos ambientes acadêmicos e de ensino superior, pelo menos no Brasil, tratar o legado teórico de Karl Marx como excessivamente preocupado com os aspectos econômicos do desenvolvimento social. São os casos de grandes pensadores da contemporaneidade, como Giddens (1981), Lipietz (2003) e Gorz (2013). Genericamente, nos cursos de Geografia, tem-se uma formação inicial acerca do pensamento marxiano e do legado marxista, que se desdobrou no século XX e início do XXI, como corrente epistemológica e como método – o materialismo histórico e dialético –, ligados às facetas da realidade em que sejam destacadas as desigualdades sociais e territoriais.

Como exemplos, temos a tradição geográfica crítica que, não somente, bebe de autores com influências marxistas como Milton Santos, Manuel Castells e Henri Lefebvre nas discussões urbanas, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins nas questões agrárias, Pierre George para temas de economia e população, Ruy Moreira na epistemologia, Francisco Mendonça e Dirce Maria Suertegaray nas análises ambientais, dentre outros nomes mais recentes. É uma corrente que se reproduz e se fortalece em áreas de estudo cada vez mais ramificadas, com amplos usos de conceitos e formulações que se originaram a partir de Marx e de Engels.

No entanto, uma das limitações mais ressaltadas das produções marxiana e marxista – sendo a marxiana referente às obras diretamente produzidas por Marx e a marxista todo o desdobramento de seu pensamento por outros pensadores e pensadoras – seria a de que estas não se preocupam (e nunca se preocuparam) com as lutas contra diferentes tipos de opressão além da oposição capital versus trabalho e da causa proletária, eminentemente masculina, heterossexual, branca e europeia. Lutas antirracistas, anticoloniais, de cunho ecológico ou por pautas a favor da emancipação LGTQIA+ seriam totalmente desconsideradas e diminuídas em sua importância pelos marxistas, relegando esse pensamento para um nicho específico do embate contra o sistema capitalista.

Evidentemente, o próprio Karl Marx não realçou as diversas lutas “antiopressão”, perante os avanços e as exigências dos debates e das práticas construídas ao longo dos séculos seguintes a sua vida. Isso seria completamente anacrônico. Também seria um esforço tremendo, e até sobre-humano, que Marx tivesse abarcado todos os aspectos considerados indispensáveis para uma transformação completa da sociedade a partir dos meios materiais disponíveis em sua época. O que ele se propôs – e podemos dizer: realizou brilhantemente – foi uma análise crítica da economia política sob a égide do capitalismo no século XIX.

Como parte disso, muitos aspectos da sociedade foram esmiuçados, mas não a sua totalidade. Em consequência de sua obra monumental, em alto nível de abstração, muitos elementos por ele identificados ainda permanecem válidos nos dias de hoje. Outros tantos precisam de ressignificação,

como as análises sobre o futuro do desenvolvimento das forças produtivas e da tendência de queda nas taxas de lucro ou obtenção de mais-valia que, em sua opinião, invariavelmente passariam do capitalismo para um modo de produção socialista tão logo caso as massas trabalhadoras se revoltassem contra seus exploradores. Atualmente, a partir de Antonio Gramsci (COUTINHO, 2011), Adorno (2020) e outros, sabemos que elementos ideológicos e a tão popularizada ideia de “guerra cultural” possuem papéis tão importantes quanto a base material na transformação das relações sociais. Outras tantas questões necessitam de uma formulação e de um desenvolvimento completo, especialmente quando se pensa na associação entre os debates de gênero, sexualidade e emancipação do prazer humano, numa nova vertente do pensamento que se afirma como interseccionalidade das lutas em andamento ao redor do mundo (COLLINS; BILGE, 2021).

Uma dimensão frequentemente ignorada de sua produção é a ecológica, colocada em oposição ao seu pensamento e legado supostamente “economicista” (GILLESPIE, 2001; PETERSEN e FABER, 2014). Ignorada não somente por cientistas sociais, historiadores e filósofos, profissionais mais íntimos dos seus escritos, mas também por economistas (não políticos), geógrafos e arquitetos. Pelo seu escopo e objeto de estudo, priorizando o enfoque do espaço geográfico, seus elementos, determinações e consequências, a Geografia é uma área do conhecimento que também se ocupa das temáticas ambientais e da crescente degradação e, possivelmente, colapso ecológico que vem tomando forma na atualidade (MARQUES FILHO, 2016; LEFF, 2021). Perante essa realidade, Marx não é um autor considerado válido para a formulação e a proposição de alternativas socioeconômicas, espaciais e, em última instância, civilizatórias, que nos permitam escapar do colapso ambiental iminente.

Nesse contexto, autores como Bellamy Foster, Paul Burkett e agora Kohei Saito, procuram demonstrar evidências incontornáveis da corrente marxista, desde o próprio Marx, para a construção de uma luta conjunta das classes e identidades oprimidas tanto contra o capital quanto contra a degradação ecológica e outras formas de opressão.

Kohei Saito é professor de economia política na Universidade de Osaka, Japão, e membro do conselho editorial internacional do projeto Marx-Engels-Gesamtausgabe (Obras Completas de Marx e Engels). Com a obra aqui abordada, venceu o prêmio Deutscher Memorial de 2018.

O livro de Saito (2021), intitulado “O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política”, é uma peça luminosa nessa direção. Por meio de pesquisas aprofundadas em cadernos inéditos de Marx, o autor elenca não somente elementos de uma preocupação ecológica do crítico alemão, mas sementes que podem germinar e apontar na direção de uma outra sociedade: mais justa, igualitária e transformada em suas relações com a natureza. Com todas as letras, uma sociedade ecossocialista.

Aqui, uma observação: o ecossocialismo a que Kohei Saito se refere nas obras de Marx não é o mesmo conceito que surgiu da atenção e produção de autores de cunho socialista a partir da década de 1970, que visavam a superação da dicotomia entre seres humanos e outros elementos naturais no interior do capitalismo, tendo como objetivo último a emancipação da civilização humana em uma sociedade socialista (alguns autores da primeira leva de ecossocialistas são Ted Benton, André Gorz, Michael Löwy, James O’Connor e Alain Lipietz). O que busca Saito (2021) é demonstrar uma profunda conexão de temas ligados ao debate ambiental, de cunho socialista, e formulações propostas pelo próprio Karl Marx, antes que qualquer corrente de pensamento se formasse em seu nome. Mostrando que, bem antes do imaginado, existiam sementes que viriam a nascer e florescer como ecossocialismo.

O livro está estruturado em duas partes: a primeira com três capítulos referentes às relações entre ecologia e economia para Marx, e a segunda com uma análise aprofundada acerca do interesse, das anotações e das elaborações desse autor sobre a agricultura, o uso de fertilizantes, a produtividade em diferentes tipos de solo e as possibilidades de manejo das culturas de modo a exaurir menos a terra e melhor aproveitá-la. Na primeira parte, são abordados os conceitos de alienação como afastamento da natureza e pressuposto fundamental para a entrada da humanidade no período

moderno, além da importância da noção de metabolismo e ciclo metabólico, social e natural, para se compreender como o capitalismo executa a sua dominação através da ruptura do equilíbrio até então existente. Na parte sobre agricultura, manejo e fertilidade dos solos, Saito (2021) coloca em evidência elementos novos para o exame e debate de toda a comunidade acadêmica internacional, apresentando todo um rol de preocupações de Marx com o futuro dos elementos naturais caso estes fossem utilizados sem o devido cuidado e recuperação.

Ao longo do seu texto, Saito (2021) debate as críticas que, normalmente, colocam Marx como antiecológico, crente do infinito desenvolvimento das forças produtivas, diminuidor do valor de uso ante o valor de troca dos elementos naturais e, finalmente, um apoiador da dominação total da humanidade sobre a natureza. Ainda pior, uma figura que, supostamente, acreditava que tal dominação seria possível (IMMLER e SCHMIED-KOWARZIK, 2011). Entretanto, para além de refutar tais críticas, o autor se preocupa em traçar uma análise sistemática e abrangente da crítica ecológica de Marx ao capitalismo. Análise essa tão profunda que chega a afirmar que não é possível compreender o projeto de crítica à economia política sem prestar atenção às abordagens ecológicas marxianas.

Em 1844, em seus “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (MARX, 2004), Marx já indicava que a alienação, enquanto fato causador de sofrimento e exploração humana, não pode ser entendida sem o detalhamento da dissociação na relação entre os seres humanos e a natureza. É, portanto, uma pincelada na questão da indissociabilidade entre as esferas social e natural que mantém um equilíbrio dinâmico a todos os seres vivos.

Porque considera o ser humano como parte da natureza, a formulação de Marx do conceito de alienação, que afirma o estranhamento do humano de suas próprias capacidades criativas, de sua reprodução social e do seu objeto de trabalho, avança no sentido de traçar uma aproximação de que a vida sob o capital é um afastamento de todas as condições naturais e ecológicas, e não somente de uma suposta natureza humana inata.

Sob o capitalismo e o ideal da modernidade, que padroniza a forma jurídica da propriedade privada, separam-se os trabalhadores e as trabalhadoras dos seus respectivos meios de produção, principalmente a terra em que viviam, na qual cultivavam e retiravam seu sustento. Isso ocasiona um dos maiores e mais brutais rompimentos no equilíbrio dinâmico da vida humana, separando-a das condições naturais fundamentais da sua sobrevivência e contribuindo para uma mudança na mentalidade dos indivíduos que não se reconhecem mais como partes inerentes da natureza. A alienação dos meios de trabalho também é alienação da natureza, onde a terra se valoriza e se transmuta em mais uma forma de mercadoria.

Um conceito de extrema relevância que Saito (2021) resgata é o de metabolismo, envolvido na construção de teorias de cunho marxiano e marxistas (MÉSZÁROS, 2011), que explicariam o já citado equilíbrio dinâmico natural e social da vida. O capitalismo, em sua ânsia pela valorização e pela acumulação infinitas, apropria-se e degrada continuamente a natureza, da mesma forma que explora a força de trabalho e faz sofrer o ser humano que produz mercadorias. Dessa maneira, esse modo de produção destrói as bases ambientais que lhe são essenciais, colocando em crise a própria civilização e rompendo pouco a pouco com as trocas socionaturais de matéria e energia e com o equilíbrio metabólico adequado, levando-o à beira do limite suportável para transformações cada vez mais intensas, prejudiciais e irreversíveis.

Outro argumento indispensável trazido por Saito (2021), para mostrar a preocupação ecológica de Marx em relação à hegemonia do modo de produção capitalista, é que, ao priorizar a valorização de produtos manufaturados pelo trabalho humano, concreto e depois socialmente abstrato, o capital coloca o valor (ou valor de troca) acima dos valores de uso de cada objeto. De alguma maneira, isso nos remete ao processo de modificação da natureza que não é mais encarada como bem comum ou riqueza coletiva, mas sim como recurso valorizado na mesma proporção dos seus usos enquanto recursos produtivos (PORTO-GONÇALVES, 2006). É um mecanismo que orienta os processos produtivo e de circulação de mercadorias a não mais prestarem atenção às

necessidades humanas a serem sanadas, mas sim às possibilidades de acumulação teoricamente ilimitadas.

Nessa linha, primeiramente são geradas crises periódicas de supervalorização, que não se traduzem em melhorias proporcionais na qualidade de vida da classe trabalhadora, com períodos de desvalorização/destruição para que sejam retomados os patamares anteriores de crescimento. Em seguida, todo esse complexo jogo de valorização acaba por ignorar o metabolismo dos elementos bióticos e abióticos, forçando as estruturas naturais e, invariavelmente, causando extensas e intensas degradações ambientais. É nesse sentido que, tanto Karl Marx quanto Kohei Saito, nos mostram a incompatibilidade entre o capitalismo e um modo de vida ambientalmente equilibrado.

Nesse ponto, podemos perceber que Marx traz fatores imprescindíveis para a elaboração de um projeto humanitário anticapitalista e favorável às novas relações entre sociedade e natureza, pautadas no metabolismo sustentável das condições naturais de reprodução da vida e, portanto, não destrutivas aos ambientes em que vivemos.

Em último nível, a obra de Saito (2021) nos permite pensar que o “projeto comunista” de Marx tem como finalidade tanto a superação do modo de produção alienante e desigual do capitalismo, quanto o estabelecimento de uma nova união entre a humanidade e a natureza. O que vem em ótima hora, dadas as crescentes pioras nos níveis da qualidade ambiental em nosso planeta, pulverizadas pelos componentes do clima, fertilidade dos solos, poluição, perda de geodiversidade e biodiversidade, práticas extrativistas, exploração de territórios e seus povos, etc.

É um livro que nos traz uma vontade política de transformação, altamente baseada na vida e obra de Marx, que pode servir de fonte de inspiração para o fortalecimento do pensamento crítico e para as ações que buscam uma alternativa concreta à realidade atual. Fica evidente que é somente com a superação do capitalismo, de seu modo de vida imperial pautada no consumo (BRAND; WISSEN, 2021) e das suas práticas de exploração, degradação e extração de mais-valia, que poderemos vislumbrar um horizonte de vida, social e ambientalmente mais justo e equilibrado, de acordo com os elementos naturais que temos disponíveis e com as necessidades que possuímos enquanto espécie que evoluiu coletivamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Indústria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GIDDENS, A. **A contemporary critique of historical materialism**. Berkeley: University of California Press, 1981.

GILLESPIE, A. **The illusion of progress**: unsustainable development in international law and policy. Nova York: Earthscan Publications, 2001.

GORZ, A. **Capitalism, Socialism, Ecology**. Londres: Verso, 2013.

IMMLER, H.; SCHMIED-KOWARZIK, W. **Marx und die naturfrage**: ein wissen-schaftsstreit. Kassel: Kassel University Press, 2011.

LEFF, E. **Ecologia Política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

LIPIETZ, A. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/LGR7RNNvpDjcM87sxW8qMSt/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

PETERSEN, T.; FABER, M. **Karl Marx und die philosophie der wirtschaft**. Freiburg: Verlag Karl Alber, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.